

Reflexos das políticas culturais brasileiras nas instituições federais de ensino superior

Resumo: o artigo tem como objetivo realizar uma análise descritiva das políticas culturais no Brasil e seu reflexo nas Instituições Federais de Educação Superior (Ifes). Focando no período de 2003 a 2016, quando o Ministério da Cultura (MinC) implementou o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC), o estudo examina como essas políticas fomentaram a organização e o desenvolvimento cultural no ambiente universitário. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, baseada em revisão bibliográfica, para traçar a relação entre as ações governamentais e a resposta das Ifes às adversidades políticas e ideológicas dos governos subsequentes. Os resultados da análise indicam que as políticas culturais governamentais influenciam e moldam o ambiente acadêmico, promovendo a diversidade cultural e o diálogo entre distintos agentes sociais e expressões artístico-culturais. Conclui-se que a interação entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental para o intercâmbio entre o ambiente acadêmico e sociedade. Compreender essa dinâmica é crucial para captar o papel das instituições de ensino superior na promoção da integração entre política, cultura e educação, em prol de uma sociedade mais democrática. Além disso, identificam-se os desafios e as oportunidades emergentes nesse contexto em constante transformação, contribuindo para uma visão mais abrangente e atualizada dessa relação.

Palavras-Chave: cultura; educação; política governamental.

Hortência Santos
Universidade Federal da Bahia
hortenciasn@gmail.com

Reflections of brazilian cultural policies in federal higher education institutions

Abstract: the article aims to carry out a descriptive analysis of cultural policies in Brazil and their impact on Federal Institutions of Higher Education (Ifes). Focusing on the period from 2003 to 2016, when the Ministry of Culture (MinC) implemented the National Culture System (SNC) and the National Culture Plan (PNC), the study examines how these policies fostered cultural organization and development in the university environment. The methodology adopted is qualitative and descriptive, based on a bibliographical review, to trace the relationship between government actions and the response of Ifes to the political and ideological adversities of subsequent governments. The results of the analysis indicate that government cultural policies influence and shape the academic environment, promoting cultural diversity and dialogue between different social agents and artistic-cultural expressions. It is concluded that the interaction between teaching, research, and extension is fundamental for the exchange between the academic environment and society. Understanding this dynamic is crucial to comprehending the role of higher education institutions in promoting integration between politics, culture, and education, in favor of a more democratic society. Furthermore, emerging challenges and opportunities are identified in this constantly changing context, contributing to a more comprehensive and updated view of this relationship.

Keywords: culture; education; government policy.

Reflexiones de las políticas culturales brasileñas en las instituciones federales de educación superior

Resumen: el artículo tiene como objetivo realizar un análisis descriptivo de las políticas culturales en Brasil y su impacto en las Instituciones Federales de Educación Superior (Ifes). Centrándose en el período de 2003 a 2016, cuando el Ministerio de Cultura (MinC) implementó el Sistema Nacional de Cultura (SNC) y el Plan Nacional de Cultura (PNC), el estudio examina cómo estas políticas fomentaron la organización y el desarrollo cultural en el entorno universitario. La metodología adoptada es cualitativa y descriptiva, basada en una revisión bibliográfica, para rastrear la relación entre las acciones gubernamentales y la respuesta de las Ifes ante las adversidades políticas e ideológicas de gobiernos posteriores. Los resultados del análisis indican que las políticas culturales gubernamentales influyen y moldean el ambiente académico, promoviendo la diversidad cultural y el diálogo entre diferentes agentes sociales y expresiones artístico-culturales. Se concluye que la interacción entre docencia, investigación y extensión es fundamental para el intercambio entre el entorno académico y la sociedad. Comprender esta dinámica es crucial para entender el papel de las instituciones de educación superior en la promoción de la integración entre política, cultura y educación, a favor de una sociedad más democrática. Además, se identifican desafíos y oportunidades emergentes en este contexto en constante cambio, contribuyendo a una visión más integral y actualizada de esta relación.

Palabras clave: cultura; educación; política gubernamental.

Introdução

Embora haja muitas ações de arte e cultura promovidas pelas instituições de ensino superior no Brasil, o processo de sistematização dessas atividades por meio de uma política cultural é recente. Acredita-se que essa mudança de comportamento esteja associada às práticas dos governos de 2003 a 2016, quando o Ministério da Cultura (MinC) colocou em pauta o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC) como prioridades nacionais. Essas ações repercutiram na relação entre cultura e educação, levando as Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) a repensarem suas ações culturais, ainda dispersas, de forma sistematizada e planejada, com o objetivo de consolidar seu potencial cultural proeminente.

O crescente interesse pela institucionalização das políticas culturais nas Ifes pode ser atribuído à politização do campo cultural, que incorporou valores políticos como democratização, participação e organização, materializados por instrumentos legais democráticos implementados no período. Essa politização incentivou a elaboração de políticas culturais mais claras e bem definidas nas Ifes.

Contudo, a politização não ocorreu de maneira uniforme. O desmantelamento das políticas culturais, educacionais e universitárias, especialmente entre 2019 e 2022, agravou os desafios enfrentados pelas Ifes. Esses ataques ao campo da cultura, da educação e da ciência ressaltam a importância de analisar como as políticas culturais influenciam a resposta das Ifes.

Portanto, é essencial considerar essa dualidade para entender a ação das universidades e a formulação de seus planos culturais. A interação entre ensino, pesquisa e extensão destaca-se na conexão entre as universidades e as culturas locais e regionais, promovendo um ambiente que valorize a diversidade e o diálogo entre diferentes setores sociais. Entender essa dinâmica é fundamental para reconhecer o papel das Ifes na integração entre política, cultura e educação, visando uma sociedade mais inclusiva. Além disso, é crucial identificar os desafios e as oportunidades que surgem nesse contexto em constante mudança.

Políticas culturais, educação e resistência

As chamadas “políticas públicas de cultura” no Brasil são marcadas por várias rupturas e transformações no campo político, econômico e cultural, levando em consideração a intrínseca relação entre governos autoritários e políticas culturais, características que notadamente marcaram o governo Getúlio Vargas (1930-1945) e também a ditadura cívico-militar em 1964. Além disso, destaca-se também o “caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios” (Rubim, 2007, p. 11).

Até o final da ditadura, de 1974 a 1985, o país passou por uma gradual e lenta transição para o período democrático. Logo, o cenário político no Brasil passa a ser redefinido a partir de 1980, período que emerge um movimento que repensa as estruturas estatais no processo de construção democrática do Brasil. Tal arranjo se expressa através de uma nova relação entre Estado e sociedade, com a requalificação da esfera pública e com a crescente participação da sociedade civil nos processos de decisão relacionados com as políticas públicas. É com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, que se instituem os mecanismos de democracia direta e participativa. É nela também que a cultura passa a ser reconhecida constitucionalmente como um direito: “art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício

dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Brasil, 1988).

Ao longo do período de transição e construção da democracia (1985-1993), que compreende os governos de José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Fraco (1992-1994), verifica-se a implantação do MinC. Durante esse tempo, passaram pelo ministério quase dez representantes da cultura no país. A instabilidade não decorreu apenas das variações anuais de representantes, mas também do desmantelamento do setor cultural no plano federal durante o governo Collor. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) encerra a fase de transição para o período democrático e a lógica de um projeto neoliberal é instalada no país, tendo impactos no setor cultural, que encontra suporte nas leis de incentivo. São visíveis os impactos negativos no campo cultural, que estava reduzido à desatenção, à descontinuidade e à instabilidade. Tais conflitos imperam como desafios para a gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que vê a retomada do papel ativo do Estado como importante para a execução de políticas públicas de cultura (Santos, 2015).

Segundo Rubim (2007), durante a gestão de Gilberto Gil à frente do MinC, no governo Lula, as políticas de financiamento cultural passaram por revisões que envolveram consultas amplas à sociedade. Foram adotadas medidas como a competição de projetos e o uso de editais para apoio à cultura, inclusive por empresas estatais. Embora as leis de incentivo tenham sido reformuladas, tais reformulações não entraram em funcionamento. Houve uma correção parcial dos desequilíbrios regionais dos financiamentos a projetos, majoritariamente concentrados no eixo Rio-São Paulo, e destacam-se projetos que buscam consolidar institucionalmente a área de cultura com base em políticas de Estado.

A constituição de um Sistema Nacional de Cultura, que articula os governos federal, estaduais e municipais, sem dúvida, é um projeto vital nesta perspectiva de institucionalização de mais largo prazo. O Plano Nacional de Cultura, votado pelo Congresso Nacional, como política de Estado, também é fundamental para uma institucionalização da cultura, que supere os limites das instáveis políticas de governo. A criação de Câmaras Setoriais para debater com criadores as políticas de cultura, também dá maior institucionalização à atuação do Ministério, pois possibi-

lita a elaboração, interagindo com a sociedade civil, de políticas públicas, em lugar de meras políticas estatais de cultura. A descentralização das atividades do Ministério também é essencial para sua maior institucionalização. Nesta perspectiva, um programa como os Pontos de Cultura, que financiam pólos de criação e produção culturais – e não atividades eventuais – em todo o país são fundamentais para dar capilaridade à atuação ministerial. [...] O orçamento triplicado, apesar de ainda não ter chegado ao 1 % reivindicado, aponta este novo lugar para as políticas culturais no Brasil (Rubim, 2007, p. 31-32).

Avanços sociais importantes são alcançados com a implementação do PNC e do SNC, que, desde 2005, vinha atraindo estados e municípios mediante assinatura de protocolos de intenção para implantá-lo com o objetivo de:

[...] que cada ente federado tenha órgão gestor específico para a política pública de cultura, sistema de financiamento para execução das políticas, plano de cultura pactuado com a sociedade, conselho de cultura atuante, e participação na Conferência Nacional de Cultura, [...] que assegurem a permanência e desenvolvimento desse novo modelo de gestão para o setor cultural (Brasil, 2005).

Barbalho (2017b) aponta que o período de 2003 a 2016, período democrático em que o Estado tem papel ativo nas políticas culturais, contribuíram para o que ele chama de “politização do campo cultural”. Segundo Barbalho (2017b), este momento é diferenciado pela politização do campo cultural conectada à atuação da política federal de cultura e aos âmbitos estadual e municipal, algo ausente nos governos anteriores (Collor e FHC). A conjunção de democracia e presença do Estado na cultura por meio de políticas públicas é uma novidade, já que os governos anteriores abdicaram do papel do Estado e delegaram a condução dessas políticas para o mercado via leis de incentivo (Barbalho, 2017b).

No entanto, apesar de uma maior articulação governamental, agregando iniciativas integradas na área cultural, a vitória nas eleições do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016) e o avanço nas políticas sociais, não foram suficientes para barrar um projeto da direita conservadora, no país, que concretizou seus objetivos em 2016 ao alcançar o “golpe midiático-jurídico-parlamentar” (Rubim, 2021, p. 37). A gestão de Michel Temer (2016-2019) e de Jair

Bolsonaro (2019-2020), com adoção de medidas que extinguíram e desarticularam a estrutura burocrática de gestão da cultura no Brasil, constituída pelos governos progressistas anteriores, remonta a história das tristes tradições da cultura no governo brasileiro, por meio da relação entre políticas culturais e autoritarismo (Rubim, 2007).

As oscilações que ocorreram no cenário das políticas culturais acompanham concomitantemente as alternâncias de regimes políticos e governos, ou seja, a ampliação, retração ou extinção da estrutura governamental que gerencia a cultura no país, bem como seus incentivos para a área, sempre ficou à mercê das alternâncias políticas e dos entendimentos particulares sobre as garantias sociais e constitucionais que deveriam ou não serem fomentadas. Portanto, apesar de ser um direito constitucional, não há uma unanimidade sobre o reconhecimento da cultura como um direito social básico, ela ainda é considerada uma área residual.

No entanto, o que ocorre de novo na gestão Bolsonaro é a ameaça de censura num regime democrático. Barbalho (2017a) ressalta a importância de estabelecer uma ordem democrática pluralista, para isso, ele distingue inimigo de adversário. O primeiro tem como base a lógica da eliminação em que o oponente, ao não aceitar as regras do jogo democrático, o exclui da comunidade política. No segundo, há uma oposição legítima que considera ideias mesmo que contrárias. Desse modo, a censura se opõe a um regime democrático que pressupõe diálogo e respeito às diferenças. Segundo Paula e Ayala (2020), a condução da gestão da cultura em âmbito federal durante o governo Jair Bolsonaro é caracterizada pelas marcas de uma “guerra cultural”, a qual emergem atores políticos e demandas sociais pouco vistas durante os governos petistas (2003-2016). Paula e Ayala (2020) afirmam que esse fenômeno tem a ver com a polarização na esfera pública dos Estados Unidos da América (EUA), semelhante ao descrito por James Hunter como “guerras culturais”. De acordo com o autor, a tese *Culture wars: the struggle to define America* (1991) aponta que a agenda política dos EUA mudou para debates sobre os conceitos de família, homoparentalidade, currículo escolar, etc., ao invés de questões fiscais e de renda. Isso resultou em um novo antagonismo entre conservadorismo punitivo e progressismo compreensivo, ao invés da antiga oposição entre direita liberal e esquerda interventora em prol da justiça social.

Verifica-se, portanto, sucessivos ataques políticos ideológicos ao setor das artes, da ciência e das humanidades, por meio de

negacionismos e questionamentos à ciência; desmonte e corte de verbas das instituições públicas federais de cultura e de educação; ataques à autonomia das instituições federais de educação, cerceamento da imprensa, criminalização da arte e oposição à diversidade cultural brasileira envolvendo questões raciais, além de gênero e religião. Situações desse tipo atingem diretamente as instituições de educação, em especial, as de ensino superior, pois confrontam o princípio constitucional que lhes garante, conforme o artigo 207, “autonomia didático-científico, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. É graças ao processo democrático que se faz cumprir a autonomia e a livre produção do conhecimento da universidade. Salles (2020) ressalta que não há democracia plena sem que seus cidadãos participem da deliberação, no que lhes concerne.

Não há democracia sem o trabalho para que se observem algumas condições: 1) igualdade de direitos; 2) reconhecimento da alteridade; 3) condições equânimes de acesso aos meios de argumentação; 4) confiança na própria linguagem como terreno comum para resolução de conflitos (Salles, 2020, p. 82).

Os últimos anos no Brasil são marcados pela ascensão e pelo declínio do MinC e de suas ações, porém, há muitas demonstrações de maturidade do campo cultural, que vem reagindo aos ataques advindos do governo federal por meio de articulações e de mobilizações políticas com o parlamento, e no alcance da aprovação de projetos importantes – como a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, que visam ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia de covid-19. A mobilização da sociedade civil com o poder legislativo ocorreu devido a situação de abandono da parte do executivo federal. Projetos de auxílios emergenciais para a área foram elaborados por deputados. Ações na Câmara Federal de Deputados, lideradas pela Comissão de Cultura, presidida pela deputada Benedita da Silva, desencadearam um movimento de mobilização dos trabalhadores da cultura. Fóruns dos secretários de cultura ampliaram discussões e debates por todo o país (Calabre, 2021).

Na área da educação, a promoção de diversos documentos, encontros, seminários e grupos que foram formados em torno dessa pauta cresceu na última década. Em 2013, foi realizado o I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Ifes, realizado pela Universidade Federal

da Bahia (UFBA) em parceria com o MinC, com o Ministério da Educação (MEC) e com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (Forproext). Este seminário contribuiu para o início formal de um processo de legitimação das políticas na área da cultura. No mesmo ano, foi publicado o documento denominado *A extensão tecnológica para a rede federal de educação*, que trata sobre a temática da política de cultura na extensão, apontando os diversos meios culturais em que as instituições da Rede de Ensino Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) estão inseridas e o papel destas em relação a sua comunidade local, além de destacar os princípios inerentes às ações culturais que advém do “respeito à diversidade cultural, do acesso universal aos bens e serviços culturais, da transversalidade das políticas culturais e da garantia da cidadania cultural” (CONIF, 2013).

Em 2015, ano tido como um marco para o MinC e para o MEC, foi lançado o Edital Mais Cultura nas Universidades. Tal iniciativa foi uma integração entre as áreas de cultura e de educação que, posteriormente, veio a ser articulada estrategicamente pela criação da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac) durante a gestão de Juca Ferreira – governo Dilma Rousseff – à frente do MinC. A secretaria, segundo Juca Ferreira, tinha como objetivo a construção de “políticas e programas capazes de fortalecer as práticas e saberes culturais nos processos educativos como um caminho para a qualificação e a ampliação do repertório cultural de crianças e jovens de todo país e garantia de seus direitos culturais” (Ferreira, 2015). Segundo Tainana Andrade (2018), há uma relação entre o Edital Mais Cultura nas Universidades e algumas das metas estabelecidas no PNC, o qual inclui o Plano Nacional de Educação (PNE). Como forma de fomentar essa relação, foi publicado, em 2014, o Edital Mais Cultura nas Universidades, que tinha como objetivo criar planos de cultura nas Ifes no Brasil.

O edital tinha como objetivo fortalecer a cultura no Brasil, mas foi criticado por apoiar atividades específicas e impor prazos curtos para a elaboração de planos institucionais. Houve discordâncias sobre o modelo padrão adotado e a participação dos pró-reitores na avaliação, considerados suscetíveis a influências internas. Dessa forma, a criação de um plano cultural universitário é complexa e exige tempo e colaboração. Apenas 9 das 18 primeiras colocadas receberam a primeira parcela dos recursos prometidos devido à interrupção do programa após o *impeachment* de Dilma Rousseff

(Andrade, 2018). Apesar das críticas e da descontinuidade do Edital Mais Cultura nas Universidades, a iniciativa incentivou muitas instituições a repensarem o papel da cultura na gestão universitária.

Destaca-se as ações revigorantes por parte das instituições de educação superior que, apesar dos atentados sofridos, unem forças em prol da institucionalização da cultura em seus espaços nos últimos anos, com destaque para o diagnóstico cultural da UFBA, a elaboração da política e do plano de cultura do Instituto Federal da Bahia (IFBA), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), da Universidade Federal do Cariri (UFCA), do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e muitas outras instituições de educação superior com tramitação e aprovação recente de documentações relativas a políticas e a planos de cultura pelo país. Percebe-se, portanto, que apesar da descontinuidade do edital, esse mecanismo levou à mobilização em torno da pauta que converge educação e cultura nas instituições de ensino superior, que prosseguiram com seus instrumentos de planejamento mesmo após o término do edital.

Em 2017, nasce o Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior (Forcult), formado por servidores das instituições de ensino superior no Brasil que se organizam em instância colegiada para pensar o lugar da gestão cultural nas universidades, nos institutos federais, nos centros universitários, nas faculdades e congêneres. Esse fórum tem por finalidade criar bases para a sistematização de dados e documentos norteadores das políticas culturais nas instituições de ensino superior. Em 2020, o IV Forcult Nacional contou com a presença de 258 participantes inscritos e de 87 instituições de ensino superior (Forcult, 2022).

Contudo, percebe-se que tanto na área da cultura quanto na educação, apesar das diversas iniciativas e mobilizações, verificou-se um cenário de ausências na garantia dos direitos sociais e culturais que solapa a história do Brasil e seus avanços nessa área. Mas, ao mesmo tempo, percebe-se que o período de expansão das políticas culturais nacionais fortaleceu politicamente seus atores que agora se veem convocados a lutar politicamente pelo campo da cultura no país. Desse modo, disputar os valores simbólicos que também permeiam as instituições de educação é também uma discussão do campo político cultural.

Nesse contexto, destaca-se o pensamento do autor Víctor Vich (2017) sobre como a política cultural pode colaborar para a insti-

tucionalização da cultura não somente nos ambientes tradicionais de gestão cultural, mas a partir do potencial transversal da cultura com diversas áreas, com objetivo de “reorganizar o cotidiano...[e] contribuir para a construção de uma nova hegemonia”, uma nova cultura comum, um novo imaginário e novas mentalidades. A verdadeira transformação social deve ser uma mudança fundamental na vida diária e as políticas culturais devem estar articuladas com políticas educacionais e econômicas, além de políticas de saúde, de habitação, de meio ambiente, de gênero, de segurança cidadã e de combate à corrupção para evitar a visão da cultura como entretenimento ou como assunto para especialistas (Vich, 2017).

Por isso, ressignificar os espaços de educação é ressignificar o indivíduo e a sociedade na busca de novos sentidos e saídas para atender aos anseios sociais, mesmo que não seja nas esferas macro de decisão, mas no olhar atento para o que podemos fazer nas esferas de decisões locais, como os espaços educacionais que não podem mais fechar os olhos para as múltiplas possibilidades de entrelaçamento social e cultural que lhes é permitido transitar. A importância de pensar a cultura de forma transversal e articulada com áreas estratégicas, como a educação, se faz necessário na busca por consistência, sistematização e resultados no desenvolvimento socioeconômico. A ideia ampliada de cultura como elemento de integração social reconhece as instituições de educação como espaço simbólico, de diversidades culturais e de inclusão social.

Nesse aspecto, concordamos com Sguissardi (2009) quando este diz que é possível ser utópico sem se tornar um otimista ingênuo. De acordo com o autor, a democratização do acesso ao ensino superior e a garantia de não evasão e de conclusão do curso são questões que dependem de políticas de inclusão social, de distribuição de renda e de erradicação da indigência e da pobreza. Além disso, compartilhamos da opinião do autor: a luta por essas utopias é imprescindível para o desenvolvimento e para o progresso da sociedade, uma vez que, sem elas, a “barbárie” poderia ser ainda maior.

Assim, recorremos a Paulo Freire (2005) na defesa da cultura como um elemento fundamental para a construção da identidade e para a transformação social. Freire argumenta que a educação deve respeitar as crenças, os valores e as tradições das pessoas, sendo um processo libertador que promove a consciência crítica e o diálogo entre professores e alunos. Ele enfatiza que a educação

deve ajudar as pessoas a questionar a realidade, a compreender as relações de poder e a lutar por mudanças.

Políticas governamentais e os reflexos na interseção entre educação e cultura

A proximidade existente entre as Ifes no Brasil – muitas delas multicampi – e a sociedade é um importante fator que possibilita entender como se dá a dinâmica desses espaços e a forma como a educação, a cultura e a política são articuladas, visto que essas instituições educacionais, em sua natureza, também são instituições culturais, catalisadoras de múltiplos saberes e ações compartilhadas e multiplicadas. A partir dessa relação, é possível pensar em estratégias diferenciadas de atuação do Estado em lugares remotos do país que muitas vezes não possuem bibliotecas, equipamentos culturais, cinemas, internet etc., mas que possuem as instituições de educação como espaço que valoriza, fomenta e promove a diversidade de saberes e culturas. Como afirma Rubim (2019, p. 7),

O velho desafio da formação técnica articulada com a humanística, cultural e científica retorna para além dos estritos anos de graduação universitária (READINGS, 2002). A abertura da instituição para o reconhecimento oriundo de fora da universidade se torna desafio para sua melhor conexão com a sociedade e as múltiplas modalidades de conhecimento existentes no presente.

Para o autor, é importante que as instituições superiores estabeleçam um diálogo com a sociedade através do reconhecimento e do encontro de saberes desse espaço que se deseja contemporâneo, além disso, o diálogo intercultural, a promoção e a preservação da diversidade cultural são também reconhecidos como seus valores.

Segundo Rubim (2019), a universidade pública brasileira é um exemplo de instituição que enfrenta desafios significativos, mas que, apesar disso, conseguiu se consolidar em um patamar científico e cultural bastante expressivo. Além de ser responsável pela quase totalidade da pesquisa realizada no país, a universidade também desempenha um papel fundamental na resistência contra autoritarismos e em favor da democracia e das liberdades, condição essencial para exercer sua autonomia. Para o autor, a atuação cultural das universidades ocorre em diversas dimensões. A formação

de todos os estudantes implica na transmissão de saberes culturais humanísticos e técnicos em todas as áreas de conhecimento. A cultura está presente em espaços acadêmicos dedicados às artes, patrimônio, museus, estudos culturais, políticas e gestão culturais, culturas populares, culturas digitais, bibliotecas, gastronomia, moda e em áreas temáticas específicas. A universidade desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para campos culturais delimitados, como artes e patrimônio, além de possuir centros de pesquisa dedicados à cultura. No campo da extensão, as universidades oferecem diversas atividades culturais, dispondo de equipamentos e corpos estáveis voltados para a arte e para a cultura. Esse universo cultural permite um desempenho amplo e complexo das universidades no campo cultural (Rubim, 2019).

Nessa perspectiva, Souza e demais autores (2021) destacam os governos de Luiz Inácio Lula da Silva – 2003 a 2010 – e de Dilma Vana Rousseff – 2011 a 2016 – pois estes proporcionaram um contexto de muitas inaugurações nas políticas públicas e de fortalecimento das relações entre cultura e educação de um modo geral. Três marcos podem ser sublinhados como fundamentais para a interação entre as políticas de cultura e de educação neste período. O primeiro marco elencado é a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, que depositou volumosos investimentos nas instituições públicas de ensino superior com o objetivo de gerar condições de acesso e permanência e de qualificar as estruturas físicas e os recursos humanos existentes (Souza *et al.*, 2021).

A redefinição de um ambiente universitário mais democrático e menos elitista estava no bojo das lutas sociais há muito tempo no país. A retomada do papel central do Estado na expansão e na interiorização das instituições federais de educação é uma marca desse período, que contempla a gestão de Fernando Haddad à frente do MEC. O Reuni se soma a outros programas que possibilitaram a democratização do ensino superior no Brasil, seja por financiamento estudantil, ou por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de educação superior, como a partir do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Segundo Silva (2018), foram construídas 140 escolas técnicas no país de 1909 a 2002, e, entre 2003 e 2016, o MEC, por meio do programa de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), criou mais de 500 *campi*. Em 2019,

concretizou-se a construção de 661 *campi* em funcionamento, totalizando 38 IFs presentes em todos os estados (Brasil, 2019). Além disso, foram criadas 18 novas universidades federais nesse período, muitas delas multicampi. A ramificação dessas instituições pelo país significou a ampliação do número de vagas e a interiorização da educação superior no Brasil, antes muito centrada nas capitais, e com ela uma série de benefícios para os municípios e seus territórios.

[A] implantação [do Reuni] deu margens para que essas reformas atingissem também os setores de artes e cultura das universidades, seja na gestão da política cultural das instituições, seja por meio de investimentos diretos no tripé ensino-pesquisa-extensão ligado ao campo cultural. Devido aos efeitos iniciais gerados, onde se contemplou também cursos associados às artes, à diversidade e à economia da cultura, além de apoiar a formação de professores e o desenvolvimento de pesquisa e extensão neste campo, Acco (2012, p. 26) avalia que o programa possuía um grande potencial em 'se converter num importantíssimo mecanismo de afirmação da política de educação e cultura' (Souza *et al.*, 2021, p. 4).

Para os autores, o segundo marco é o PNC de 2010, que, dentre outros objetivos, visa fomentar a presença da cultura no ambiente escolar, o que significa que a cultura deve estar presente em todos os níveis de ensino, nas universidades e nas pesquisas acadêmicas.

[...] fortemente influenciado pelas Conferências Nacionais de Cultura ocorridas em 2005 e 2010, responsáveis por indicar a emergência em reaproximar as duas agendas em questão. O PNC consolida em sua redação metas relacionadas à interação entre educação e cultura, em que, das sete metas dedicadas ao tema 'Educação e produção de conhecimento', cinco (as metas 15, 16, 17, 18 e 19) estão diretamente ligadas ao ensino superior e ao ensino técnico, especificamente voltadas à formação de agentes e gestores culturais, fomento à pesquisa, à qualificação, à capacitação e à certificação dos agentes culturais (BRASIL, 2012). Neste sentido, a centralidade dada às IPES no PNC demonstra que estas instituições passaram a desempenhar um papel cada vez mais estratégico para a consolidação do desenvolvimento humano, social, político e econômico, potencializado pela dimensão cultural (Souza *et al.*, 2021, p. 6).

De acordo com Souza e demais autores (2021), o Programa Mais Cultura nas Universidades constitui um terceiro marco no contexto universitário brasileiro, conforme supracitado, por meio do estímulo a elaboração de planos de cultura, esse mecanismo teve como propósito ampliar as ações culturais e incentivar a formação cultural dos estudantes, além de promover a integração entre os espaços universitários e as comunidades do entorno. O impacto dessa iniciativa ressoa até os dias atuais, pois colocou a interseção entre educação e cultura na pauta das instituições públicas de educação superior. A experiência em andamento na UFCA ilustra bem esse ponto. A elaboração do plano de cultura nessa universidade suscitou debates significativos acerca da atuação da Pró-reitoria de Cultura (Procult). Esses debates levaram à curricularização da cultura, promovendo ainda mais a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e fortalecendo a relação entre o currículo e a cultura local/regional (Almeida, 2019).

O projeto Diálogos Transversais é outra ação que busca contribuir para a curricularização da cultura. É uma ação realizada em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI), na qual dois professores e um mediador são convidados para debater um tema comum e transversal nas ciências exatas e nas artes. Cada convidado deve levar seus alunos para que aquele momento se torne uma aula 'diferente' sobre o assunto. A primeira edição ocorreu em maio de 2018 com o tema Cores: o visível e o invisível, com um convidado da área de Física e outro das Artes Visuais com mediação de um professor do Design. Em 2018, iniciaram-se as tratativas para implantação, como política da universidade, de projetos que buscam interação entre conhecimentos científicos e saberes populares centrados na tradição oral, nos moldes da ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos (2010). Na prática, essa ação consiste na realização de disciplinas na graduação e na pós-graduação com o professor da respectiva disciplina junto aos Mestres da Cultura, no princípio titulados com notório saber pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT). Essa ação já ocorre com bastante sucesso em algumas IES, como UnB, UFMG e UECE (Almeida, 2019, p. 9).

O quarto marco relevante destacado pelo autor é a criação, em março de 2015, da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac), que substituiu a Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura, do MinC. A mudança institucional

ênfatiza a importância da educação dentro do MinC, que agora possui um departamento com *status* de secretaria. Essa medida apresentou perspectivas promissoras, como a possível criação do Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, que seria o nono componente do SNC, além de outras políticas planejadas (Souza *et al.*, 2021).

Além das ações citadas nesse período, a Lei de Cotas – Lei Federal nº 12.711/2012 – é um marco importante para a educação e para a cultura, trazendo diversidade de corpos, de cores, de gêneros, de etnias e de realidades sociais, econômicas e geográficas para as instituições de ensino superior. Essa mudança significativa contribuiu para a transição de um ambiente acadêmico menos elitista para um mais democrático e heterogêneo, promovendo maior diversidade cultural e social.

Esse novo grupo de estudantes, constituindo uma massa crítica, busca conteúdos, práticas, experiências, teorias e discursos mais relacionados às realidades locais e menos centrados na perspectiva eurocêntrica ou estrangeira. Os desafios atuais das instituições públicas de ensino superior envolvem não apenas questões econômicas e aprimoramento de *rankings*, mas também a capacidade de se reinventar discursiva e institucionalmente. Isso implica planejar, organizar e orientar sua estrutura burocrática e administrativa para enfrentar desafios urgentes, buscando uma estrutura menos rígida e mais sensível às realidades empíricas que a universidade investiga teoricamente, mas nem sempre está habituada a lidar na prática.

No campo da defesa dos direitos humanos são criadas as ações afirmativas de reparação histórica das desigualdades culturais e sociais. São afirmativas porque reconhecem o direito de reparação histórica das exclusões construídas e reproduzidas, em especial, o racismo institucional e cotidiano em que as maiores vítimas são os negros e afro-descendentes produtores de bens e riquezas materiais e não materiais, no entanto, privados do acesso ao que ajudaram construir. A democracia racial no Brasil foi, por muito tempo, um discurso ideologicamente construído para dissimular as assimetrias culturais e sociais entre as diversas etnias e grupos sociais do país. [...] As políticas de ação afirmativa, muito problematizada na academia e discutida nos meios de comunicação, ainda para muitos se reduzem a reserva de vagas ou sistema de cotas nas universidades. Contudo, elas não se restringem a um só campo, tampouco a um grupo. É um conjunto de medidas que visam

superar as iniquidades entre grupos sociais e raciais que se situam em posições inferiores no espaço social e elevá-los a posições mais elevadas na sociedade por meio de ampliação do capital cultural possível de maior acesso à educação, emprego, bens materiais, de reconhecimento cultural, entre outros (Cavalcante; Baldino; Hamú, 2016, p. 57-58).

Cavalcante, Baldino e Hamú (2016) recorrem a Bourdieu para conceituar a educação superior como um campo social composto por relações objetivas e por uma lógica própria. Esse campo é influenciado por interesses específicos e é marcado por forças e lutas. Os agentes envolvidos atuam de acordo com suas posições no espaço social, conservando ou modificando a estrutura do campo. Os agentes possuem um *habitus*, que é uma internalização da estrutura social. No caso da educação superior pública brasileira, certos grupos sociais, especialmente das camadas médias, têm um *habitus* favorável ao ingresso na universidade, e seus filhos são preparados desde cedo com recursos e experiências que os tornam competitivos na disputa pelas vagas. Além disso, segundo Cavalcante, Baldino e Hamú (2016), o campo da educação superior é regido por consensos e leis que o regulam. A meritocracia tem sido usada como discurso para justificar a exclusão de grupos sociais e raciais historicamente desfavorecidos das vagas nas universidades públicas. Esses discursos visam dissimular as desigualdades sociais e legitimar as desigualdades escolares. A abertura do acesso ao campo da educação superior a grupos em desvantagem gera polêmicas, pois desafia os consensos estabelecidos e questiona a *doxa*, que é aceita por todos os agentes. Segundo Thiry-Cherques (2006), a *doxa*, conforme definida por Bourdieu, é o conjunto de crenças e suposições amplamente aceitas e indiscutíveis em um campo social. Essas crenças formam o senso comum, abrangendo desde suposições até certezas, e são vistas como naturais e evidentes pelos agentes do campo (Thiry-Cherques, 2006).

O sistema de ensino, segundo Bourdieu, reproduz a cultura dominante e reforça as desigualdades sociais quando adota critérios meritocráticos de classificação. Os autores concluem, portanto, que o campo da educação superior pública é influenciado por pressões externas, como as mudanças sociais e a universalização da educação básica, o que exige sua reestruturação para lidar com a diversidade cultural, social e racial. O processo de ensinar e aprender também

se tornou mais complexo, com ampliação dos saberes e das formas de acesso e de interpretação do conhecimento.

Segundo Rubim (2016), a instituição universitária enfrenta um desafio paradoxal: ela precisa se distanciar e, ao mesmo tempo, se aproximar do seu entorno social. Isso implica se desvincular das influências sociais, políticas e econômicas para se dedicar a questões e temas de estudo que, muitas vezes, parecem não ter relevância ou repercussões sociais e mercadológicas evidentes. No entanto, essa abertura para o conhecimento, sempre em busca de novas fronteiras, possibilidades, experimentações e desafios, é o cerne da natureza especulativa da universidade. Portanto, a instituição não pode, em nenhuma circunstância, renunciar a esse compromisso e à sua autonomia.

Ao mesmo tempo, para obter uma maior legitimidade social, a universidade deve interagir de forma intensa com a sociedade, incluindo o mercado e o mundo do trabalho, a fim de atender às demandas e contribuir para a solução dos graves problemas sociais contemporâneos. O compromisso da universidade com a justiça social, a democracia, o pluralismo, a diversidade cultural, a liberdade e a rejeição de qualquer forma de arbitrariedade é fundamental nessa responsabilidade para com a sociedade. Diante desse contexto, uma política cultural coerente deve ser permeada por essas preocupações, embora seja um desafio difícil de equilibrá-las (Rubim, 2016). Portanto, a negligência da dimensão cultural abre espaço para “grave ameaça à instituição universitária, à sua legitimação social e ao desenvolvimento cultural e civilizatório da sociedade contemporânea, tão ameaçada por variadas modalidades de barbárie social” (Rubim, 2016, p. 148).

Considerações finais

Percebe-se, portanto, que apesar dos avanços significativos alcançados no segmento cultural e educacional durante o período de 2003 a 2016, nos governos de Lula e Dilma, no que concerne à formulação de políticas públicas e à implementação de medidas destinadas a impulsionar o setor em direção a um projeto nacional democrático e igualitário, os anos recentes foram caracterizados por descontinuidades, desmontes, ausências e ataques políticos e ideológicos, ocorridos durante os governos Temer (2016-2018) e, principalmente, Bolsonaro (2019-2022). Essa conjuntura tem

gerado desafios significativos para a reconstrução do país, com especial impacto em áreas sensíveis e cruciais como a educação, que tem sido instada a resistir e se reinventar por meio de suas instituições públicas.

Portanto, é possível observar que a adoção de ações renovadoras e de resistência durante momentos de crise decorre da experiência prévia da sociedade com políticas democráticas confrontadas posteriormente. A construção de políticas públicas e o diálogo social estabelecem vínculos e organizam a sociedade civil em prol de seus direitos, fortalecendo a democracia e politizando os agentes sociais. As iniciativas observadas na área cultural foram formuladas de maneira sistemática, com propostas, projetos e vontade política, apoiadas por uma estrutura administrativa e social organizada, incluindo políticas estratégicas definidas e suportadas por uma realidade orçamentária satisfatória. Desse modo, tais ações reverberam nas instituições de educação, despertando-as para a sistematização de seu potencial cultural por meio da estreita relação entre ensino, pesquisa e extensão, incentivando reflexões sobre seu papel social, político e cultural. Ao se unirem a movimentos artísticos e sociais, essas instituições reconhecem a cultura como um fator crucial para o desenvolvimento da formação humana tanto na academia quanto na sociedade. Para tanto, é imprescindível um diálogo político-democrático entre as instituições e a sociedade, a fim de concretizar esse cenário de maneira viável e eficaz.

Referências

ALMEIDA, J. R. M. de. As Políticas e a curricularização da cultura na UFCA: o horizonte do Plano de Cultura. *In: ENECULT: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*, 15., 2019, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2019.

ANDRADE, T. *Análise do Programa Mais Cultura nas Universidades: Política e Gestão Cultural em Instituições de Ensino Superior da Bahia*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, D. F.: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Instituições da Rede Federal*. Brasília, D. F. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. *Proposta de Estruturação Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília, D. F.: Secretaria de Articulação Institucional, 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/16793572/Proposta-de-Estruturacao-Institucionalizacao-e-Implementacao-do-Sistema-Nacional-de-Cultura>. Acesso em: 6 de mar. de 2023.

BARBALHO, A. *Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017a.

BARBALHO, A. Em tempos de crise: O MINC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2017b.

CALABRE, L. Pandemia e pandemônio: impactos sobre o campo da cultura. In: RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (org.). *Cultura e política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 213-226. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cultura-e-politica-no-brasil/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CAVALCANTE, C. V.; BALDINO, J. M.; HAMU, D. R. P. Política de cotas nas universidades públicas brasileiras: Deslocamento discursivo afirmativo para compensatório em tempos de universalização de cotas para quase todos? *Revista Científica de Educação*, Inhumas, v. 1, n. 1, p. 55-73, dez. 2016.

CONIF. *Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Cuiabá: CONIF, 2013. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proex/documentos/conif-2013-extensao-tecnologica-rede-federal-1.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.

FERREIRA, J. Entrevista com o Ministro da Cultura Juca Ferreira. Entrevistadoras: Denise Marcos Bussoletti e Silvana de Araújo Moreira. *Expressa Extensão*, Pelotas, v. 20, n. 1, p. 8-12, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/expressa/article/view/3266/2632>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FORCULT. *Histórico do FORCULT: alguns antecedentes*. Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://forcultnacional.ufg.br/wp-content/uploads/2022/05/historico-do-forcult-1.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2023.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

PAULA, L. de; AYALA, P. A cultura em crise e a cultura como crise. *Artífices: Revista Acadêmica em Humanidades*, Salvador, v. 1, n.1, p.133-151, 2020. Disponível em: <https://asetore.ifba.edu.br/artifices/article/view/794/485>. Acesso em: 9 mar. 2023.

RUBIM, A. A. C. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. In: RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (org.). *Cultura e política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 37- 55.

- RUBIM, A. A. C. Dilemas culturais da universidade na atualidade. In: RUBIM, A. A. C. (coord.). *A ousadia da criação: universidade e cultura*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2016. p. 147-163.
- RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. p. 11-36.
- RUBIM, A. A. C. Universidade, cultura e políticas culturais. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, p. 8-17, 2019. Edição especial.
- SALLES, J. C. *Universidade pública e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- SANTOS, H. S. N. *Políticas públicas de cultura para as cidades: os casos do Recife e de Salvador*. Salvador: Edufba, 2015.
- SGUISSARDI, V. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SILVA, I. L. *A expansão do ensino superior no Brasil: uma análise para o sistema inovativo do Rio Grande do Sul*. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SOUZA, A. S. A. de *et al.* Cultura e Universidade: a organização do campo cultural nas Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 127-127, ago./dez. 2021.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.
- VICH, V. O que é um gestor? In: CALABRE, L.; REBELLO, C. *Políticas culturais: conjunturas e territorialidades*. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. p. 49-54. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2017/06/IC-POLCULTURAIIS_vol3_ONLINE_AF.pdf. Acesso em: 26 nov. 2021.

Submetido em: 16-06-2023.
Aprovado em: 29-07-2024.